

LETRAMENTO DE JOVENS E ADULTOS COM ÊNFASE NAS QUESTÕES SOCIOAMBIENTAIS

CAVAZOTTI, M. A. – UTP

SILVA, Borges M. C. – UTP / UFPR

NEVES, V. F. – UTP

GT: Educação de Pessoas Jovens e Adultas / n.18

Agência Financiadora: Sem Financiamento

O texto apresenta resultados da investigação sobre a aprendizagem da leitura e da escrita de jovens e adultos na concepção de letramento, com ênfase nas questões socioambientais. Trata-se da produção de conhecimento gerado na investigação e intervenção realizadas junto à uma turma de alfabetização de jovens e adultos da comunidade do Jardim Três Pinheiros, em Curitiba. São objetivos da pesquisa: a) efetivar uma prática pedagógica democrática de letramento, articulando o conhecimento da população com o conhecimento científico b) identificar questões socioambientais relativas à compreensão social do meio, com base na percepção ambiental. c) subsidiar a prática de letramento com encaminhamentos pedagógicos valendo-se de elementos coletados.

A metodologia adotada foi a pesquisa qualitativa, na modalidade da pesquisa-ação, sendo que as categorias eleitas, letramento e percepção ambiental, se inserem na concepção de conhecimento e de linguagem fundadas no princípio histórico-social, explicitado a seguir.

Opção metodológica pela pesquisa-ação

Tendo em vista que a pesquisa objetivou o contato direto entre sujeitos sociais em processo educativo, ainda que inseridos em contextos diferenciados, os pesquisadores, na comunidade acadêmica; os jovens e adultos, em um bairro de população carente, optou-se pela pesquisa qualitativa, na modalidade pesquisa-ação.

Segundo Thiollent (2002, p 14), a pesquisa-ação “é um tipo de pesquisa social com base empírica que é concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo, em que pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo”. Trata-se, portanto, de metodologia alternativa que além de participante supõe ação planejada de caráter social e educacional.

Nesta perspectiva, a ação transformadora empreendida na investigação pretendeu que os participantes da pesquisa encontrassem soluções viáveis ao problema do letramento de jovens e adultos. Com este objetivo buscou-se desenvolver inicialmente o procedimento da observação, com finalidade de avaliação diagnóstica e, a seguir, procedeu-se a reflexão sobre as questões socioambientais que se manifestam na comunidade, ressaltando-se aquelas relativas à compreensão do meio vivenciado.

A pesquisa-ação facultou ainda garantir a reciprocidade das pessoas envolvidas na investigação, fundada no princípio de que a ação não substitui as atividades próprias dos sujeitos implicados, ressaltando-se a importância de que eles têm algo a “dizer” ou a “fazer”.

Entretanto, a pesquisa não se limitou somente à ação, pois objetivou aumentar o conhecimento ou o “nível de consciência” dos sujeitos participantes: pesquisadores e pesquisados. Assim, a exigência científica da investigação se alicerçou no cuidado em efetivar intensa participação embasada no conhecimento científico, na concepção de letramento e de percepção ambiental, de tal maneira que a apropriação e a construção de fundamentos teórico-metodológicos, que logrou alcançar no desenvolvimento da pesquisa, foram seus maiores desafios.

A investigação pressupôs ainda recorrer às técnicas de observação da realidade, às entrevistas individuais e coletivas que se efetivaram na própria comunidade e no local em que se reunia a turma de alfabetização de jovens e adultos.

A prática pedagógica pretendida de construção coletiva do conhecimento, estabelecendo-se uma relação não autoritária entre pesquisadores e os jovens e adultos alfabetizando, mas baseada na contribuição mútua, encontrou em Thiollent (2002) a orientação necessária. Nesse sentido, os participantes foram incentivados para que descrevessem a situação ou problemas de letramento e de meio ambiente que caracterizam a comunidade, focalizando a busca de explicações e de soluções. Foi possível, como também afirma Thiollent (2002), constatar convergências e diferenças de ponderação relacionadas ao contexto socioambiental, cuidando-se em fazer com que os participantes não aceitassem pontos de vista ou noções não pertencentes ao seu universo de percepções, mas se inserissem na compreensão mais ampla da realidade em que vivem e dos nexos relativos à realidade urbana. Nessa perspectiva, os pesquisadores

aprenderam na interação com o universo dos participantes e, então, enriqueceram, completaram ou concretizaram o conteúdo que conheciam apenas de forma geral. Assim foi possível mapear as diferenças entre saber formal e saber informal e ajudar na busca da intercompreensão, como objetivam as práticas sociais do uso da leitura e da escrita, que chamamos de letramento e da percepção socioambiental.

Alfabetização ou letramento?

A prática pedagógica do aprendizado da leitura e da escrita através da cartilha perdurou durante o longo período que chamamos de ensino tradicional. Este método, centrado no domínio do código, revelou-se suficiente face condições históricas próprias do aprendizado da leitura, tais como o uso privilegiado da escrita como recurso de comunicação entre interlocutores distantes, em razão da ausência de outros meios técnicos (KLEIN, 2000).

Entretanto, o processo crescente de expansão e globalização do capital, ao intensificar as relações sociais recíprocas de interdependência entre sujeitos de classes sociais, comunidades, regiões e países diversos, produziu novos processos de comunicação quanto aos seus meios e conteúdos. Trata-se de formas comunicacionais dotadas de tamanha rapidez, de tal simultaneidade entre a produção e a recepção de grande número de informações que passaram a exigir novos patamares de leitura e da escrita, denominados pelos teóricos de letramento (KLEIN, 2000).

Segundo Soares (2003, p.20) “só recentemente passamos a enfrentar esta nova realidade social em que não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e escrever, saber responder às exigências de leitura e escrita que a sociedade faz continuamente”. Trata-se da concepção de letramento, cuja importância é afirmada por Klein (2000, p.11):

Não há dúvida que o letramento é, hoje, uma das condições necessárias para a realização do cidadão: ela o insere num círculo extremamente rico de informações, sem as quais ele, inclusive, nem poderia exercer livre e conscientemente sua vontade (...). O homem contemporâneo é afetado por outros homens, fatos e processos por vezes tão distantes de seu cotidiano, que somente uma rede muito complexa de informações pode dar conta de situá-lo, minimamente, na teia de relações em que se encontra inserido. Neste universo, tão mais vasto e complexo, a escrita assume relevante função, registrando e colocando ao seu alcance as informações que podem esclarecê-lo melhor.

Assim, podemos compreender que o processo educacional de acesso à leitura e à escrita modifica-se, pois o alfabetizando é instado a inserir-se nas práticas sociais de leitura e escrita, ultrapassando a mera aquisição da “tecnologia do ler e escrever”

(SOARES, 2003, p. 21). Do ponto de vista da complexidade da interlocução faz-se necessário um leitor capaz de apreender o significado dos discursos, interpretando os elementos históricos, científicos e ideológicos que o constituem. Para isso, precisa dominar a textualidade no âmbito discursivo oral e escrito, como também os elementos materiais de sua codificação (KLEIN, 2000)

Portanto, no que se refere à alfabetização, momento inicial do processo de aquisição da leitura e da escrita, cabe enfatizar, ainda segundo Klein (2000), que esta etapa se caracteriza pelo fato de desenvolver juntamente com os conteúdos relativos à textualidade também os conteúdos pertinentes à codificação/decodificação.

Concepção histórico-social como fundamento da escrita e da leitura

A história humana tem seu pressuposto nos indivíduos reais, na sua ação e nas condições materiais e concretas de vida por eles mesmos produzidas. Assim, o primeiro ato histórico, pelo quais os indivíduos se distinguem dos animais, não é o fato de pensar, mas o de produzir seus próprios meios de existência. (MARX e ENGELS, 1996).

A ação dos homens sobre a natureza pelo trabalho implica na produção dos seus meios de vida e de sua própria vida material. Assim, no processo de mútua transformação, os homens intervêm na natureza, transformando-a em produtos que lhe são necessários e, ao mesmo tempo, produzem a si mesmos, realizando a forma humana de vida que os distinguem das outras espécies animais. Por outro lado, o modo pelo quais os homens produzem seus meios de vida, depende dos meios já encontrados e que podem reproduzir, construindo assim a história da humanidade ((MARX e ENGELS, 1996).

Ao buscar responder às suas necessidades na atividade prática, o homem amplia horizontes, enfrenta desafios, sendo levado a descobrir novas propriedades nos objetos até então desconhecidas. Dessa forma, penetra na essência das coisas, abstrai características e capta as relações nas quais se inserem, rompendo os limites da experiência sensível. Realiza experiências, e agrega conhecimentos e, ainda, cria novas necessidades (MARX e ENGELS, 1996).

Por seu turno, a complexidade crescente das atividades que precisa realizar para responder às necessidades criadas, impõe ao homem a exigência de auxílio

mútuo. Portanto, a produção da sua existência se estabelece como relação social no sentido de que se faz imprescindível a cooperação entre os semelhantes, quaisquer que sejam as condições, o modo e a finalidade das ações a serem empreendidas. O enfrentamento desse importante desafio de cooperação mútua se efetiva na produção da linguagem (MARX e ENGELS, 1996).

Através da linguagem é possível organizar a atividade prática coletiva, sistematizando e comunicando informações necessárias à sua realização. Mas, sobretudo, a linguagem permite acumular as experiências socialmente realizadas, num processo de troca e transmissão da informação, pois é possível codificá-las pela palavra. Por essa razão, as gerações seguintes podem dar continuidade ao processo de desenvolvimento das formas humanas de vida a partir do estágio já alcançado, sem voltar ao ponto de partida da geração que a precedeu (MARX e ENGELS, 1996).

Pela linguagem é produzida também a possibilidade da consciência humana, ou seja, a consciência real e prática dos homens. Ao viabilizar a representação através da abstração e generalização das características do mundo exterior no pensamento, possibilita a passagem da consciência sensível à consciência racional; permite a transposição das operações com objetos concretos para operações mentais por meio de conceitos e representações (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Nessa perspectiva, a linguagem não só liberta o homem da sua subordinação ao concreto e ao imediato, permitindo-lhe operar na ausência dos objetos pela ação de uma consciência capaz de discernimento e abstração, como ainda é responsável, juntamente com a atividade prática, pela própria formação das faculdades que possibilitam a realização das operações mentais (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Dessa concepção decorre o princípio de que tanto a linguagem como a consciência não são faculdades naturais e inatas, mas resultado da ação que os homens realizam ao longo do processo histórico de produção social da existência humana. Assim sendo, nem a linguagem é imutável e acabada, nem os processos de abstração e generalização permanecem invariáveis. Pelo contrário, determinados pelo grau de desenvolvimento das relações materiais e sociais do modo de produção da vida, apresentam-se de forma diversificada nos diferentes estágios da sociedade (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Tendo em vista que a dimensão simbólica da linguagem implica na possibilidade de realização de processos mentais mais elaborados, o domínio cada vez mais amplo da linguagem também acarreta maiores possibilidades de apreensão do conhecimento historicamente acumulado, demandando, por seu turno, o desenvolvimento dos próprios processos mentais (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Portanto, a linguagem, inicialmente presa à situação prática e ao gesto, avançou em possibilidade de representação, exigidas pela produtividade gerada pela divisão social do trabalho, até a construção de um sistema de códigos, capaz de transmitir informações as mais abstratas. Esse esforço de emancipar a linguagem da situação concreta imediata, ampliando seu grau de abstração, tem na linguagem escrita seu produto mais desenvolvido (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Dessa forma, o texto escrito não conta com elementos extra-verbais que possam vinculá-lo à situação prática que lhe deu origem, de forma que toda informação se apoiará unicamente nos elementos próprios da escrita. Tal grau de abstração determina o desenvolvimento correspondente das funções superiores da inteligência (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Em decorrência desse princípio pode-se afirmar que privar o homem da possibilidade de domínio da língua escrita implica em subtrair-lhe a condição plena de interação sociocultural que lhe permite o acesso ao acervo de conhecimentos codificados em língua escrita. Por conseguinte, implica também em restringir as condições necessárias para o desenvolvimento das formas de pensamento mais elevadas, compatíveis com os níveis mais avançados de conhecimento já produzidos pela sociedade (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Nesta perspectiva, o processo inicial de apropriação da língua escrita assume um papel fundamental ao instrumentalizar o jovem e o adulto para inserção na cultura letrada. Além disso, cria condições de operações mentais que os capacita à apreensão progressiva dos conceitos mais elaborados, resultado do desenvolvimento das formas sociais de produção de sua sociedade. Assim, a apropriação da língua escrita significa mais do que apreender um instrumento de comunicação e interação, pois é possibilidade de construir estruturas de pensamento capaz de realizar abstrações necessárias à

apreensão da realidade concreta. Para elucidar essa importante questão, recorreremos à reflexão de Vigotski a cerca da relação entre aprendizado sistematizado e desenvolvimento, tomando como paradigma a aquisição da linguagem:

Propomos que um aspecto essencial do aprendizado é o fato de ele criar a zona de desenvolvimento proximal; ou seja, o aprendizado desperta vários processos internos de desenvolvimento, que são capazes de operar somente quando a criança interage com pessoas em seu ambiente e quando em cooperação com seus companheiros. Uma vez internalizados, esses processos tornam-se parte das aquisições do desenvolvimento independente da criança.

Desse ponto de vista, o aprendizado não é desenvolvimento; entretanto, o aprendizado adequadamente organizado resulta em desenvolvimento mental e põe em movimento vários processos de desenvolvimento que, de outra forma, seria impossível de acontecer. Assim, o aprendizado é um aspecto necessário e universal do processo de desenvolvimento das funções psicológicas culturalmente organizadas e especificamente humanas. (VIGOTSKI 2002, p. 117-8)

Pode-se concluir, portanto, que a formação e o desenvolvimento das funções e faculdades psíquicas superiores ocorrem sob a forma de apropriação do conteúdo da experiência humana, generalizado e fixado nos produtos materiais das atividades humanas ou em categorias conceituais sob a forma verbal. Ao interagir com o mundo transformado e marcado pela atividade humana, o jovem e o adulto se apropriam, pela mediação daqueles que dominam formas histórico-sociais de seu tempo, das categorias conceituais que organizam e explicam o mundo humanizado (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

Em decorrência da concepção de conhecimento, de linguagem e de aprendizagem explicitadas ressalta-se que o objeto do processo de alfabetização é a própria língua portuguesa, em razão do que se toma o texto oral e escrito, enquanto unidade de sentido, como elemento norteador do ensino e da aprendizagem (KLEIN, 2000). É importante lembrar que o texto não é mero pretexto para apresentação da palavra-chave ou de famílias silábicas, letras e fonemas, mas trata-se de um contexto de interação em que elementos textuais que portam relações entre si, se revestem de sentido. Para tanto, é preciso que o texto tenha significado para o jovem e o adulto, que configure um momento real de uso da linguagem. Além disso, a apresentação do texto deverá ser feita de forma a garantir sua compreensão global. Somente quando o aluno tem essa compreensão é que se torna possível destacar frases e palavras, então saturadas de sentido, para a sistematização do domínio da leitura e da escrita. Assim, por meio de

palavras reconhecidas no texto se iniciará o estudo das relações que organizam o sistema gráfico (KLEIN; SHAFASCHEK, 1990).

É preciso considerar, ainda, que o processo de aquisição da escrita já teve início para muitos jovens e adultos na suas experiências escolares anteriores, ainda que inconclusas. Além disso, eles estão em contato com a escrita pela interação com pessoas que lêem e escrevem e pela manipulação de material escrito. Assim, se por um lado é relevante evidenciar que o jovem e o adulto interagem com esse objeto de conhecimento estabelecendo relações, por outro, é necessário ressaltar que não basta proporcionar-lhes contato com o material escrito para que eles desenvolvam naturalmente um processo de conhecimento da língua escrita (KLEIN, 2000). Sua apropriação exige a mediação do alfabetizador, capaz de desenvolver um processo pedagógico que comporta encaminhamentos metodológicos bem definidos, centrado no trabalho conjunto do texto e do código, norteado pelas quatro práticas integradoras, a saber: leitura/interpretação de textos; produção de textos; análise lingüística e atividades de sistematização de conteúdos específicos (KLEIN, 2000).

Questões socioambientais: reflexão por meio da percepção ambiental

Os estudos de percepção ambiental não são novos, surgem nas décadas de 60 e 70, e buscam uma nova alternativa epistemológica na corrente denominada Geografia Humanística. Fundamentais na sua consolidação, serviram para superar a tradicional aprendizagem puramente memorística, introduzindo um sistema com capacidade de potencializar o diálogo sobre o meio em que o aluno se desenvolve e o conhecimento que possui sobre o espaço geográfico vivido.

Os estudos sobre percepção ambiental receberam contribuições valiosas de um número significativo de pesquisadores, algumas delas marcos importantes no desenvolvimento e consolidação da linha de pesquisa ambiental. Cabe destacar: John K. Wright (1947), William Kirk (1952), Eric Dardel (1952), David Lowenthal (1961), Kev Lynch (1960) P. Gold e R. White (1968), Yi-Fu Tuan (1972), A. Bailly (1979) e A. White (1978).

No Brasil, a partir também da década de setenta, alguns pesquisadores têm papel significativo no desenvolvimento da nova abordagem, dentre os quais mencionamos apenas os mais próximos, como a arquiteta Maria Elaine Kohlsdorf, na UFPR; Lineu Bley, em Curitiba; Carlos Augusto Figueiredo Monteiro, na UFSC.

Foi longo o caminho teórico percorrido, pois os estudos de percepção ambiental romperam barreiras pensadas como intransponíveis, uma vez que se acreditava tratar-se de perspectiva apenas das ciências humanas. Dentre os conceitos, temas e técnicas fundamentais da percepção ambiental, vamos destacar alguns dos quais nos valem em nossa pesquisa.

Tuan (1984) propõe reflexões para o desenvolvimento das pesquisas sobre a percepção ambiental, sistematizando conceitos que vêm sendo empregados nos trabalhos da área. Segundo o autor “percepção, atitude, valor e visão do mundo” estão entre as palavras chaves para pesquisas em percepção ambiental, sendo por ele assim definidas:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos aos estímulos externos, como a atividade proposital, na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados.

Valor: muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica e para propiciar algumas satisfações que estão enraizadas em nossa cultura.

Atitude é primariamente uma postura cultural se toma frente ao mundo. Ela tem maior estabilidade que a percepção e é formada de uma longa sucessão de percepções, isto é, de experiências. As atitudes implicam em experiência e certa firmeza de interesse e valor.

Topofilia: laços afetivos entre a pessoa e o lugar ou ambiente físico. Difuso como conceito, vivido e concreto como experiência pessoal . (TUAN, 1984).

Outros conceitos importantes, definidos pelos autores em percepção ambiental são também utilizados em nossa pesquisa:

Paisagem: que não é somente um valor estético e simbólico com peso ideológico, mas também um valor de mercado (LACOSTE, 1977);

Representação: processo que permite a evocação de objetos, paisagens e pessoas, independentemente de serem percebidos (BAILLY, 1979);

Quando buscamos um ponto de partida objetivo para o estudo da percepção da cidade, somos obrigados a nos referir aos trabalhos de Lynch (1974), que se preocupou fundamentalmente com a questão de como as imagens “são vistas” e qual a importância que têm para o desenho das cidades. Considerou particularmente o que denominou de “legitimidade” da paisagem, revelada por meio da imaginabilidade: espaços que provocam na consciência coletiva mistério combinado com coerência; identidade:

imagem que capacita o indivíduo a identificar o lugar; limites: linhas que as pessoas percebem sem rupturas.

Foram analisadas por Lynch (1974) as imagens das respectivas cidades em função de cinco elementos: caminhos, limites, bairros, pontos focais e marcos visuais.

Para muitas pessoas o elemento preponderante na imagem são os caminhos (ruas, linhas de trânsito, canais ou vias férreas), pois com base neles elas se organizam e conectam os demais elementos do meio urbano.

Limites são linhas que o observador não considera caminhos e que estabelecem rupturas como: água (praias ou rios), cruzamento de estradas, muralhas, etc. São elementos que organizam uma zona ou área urbana.

Bairros são partes da cidade com dimensões variáveis. Para o observador, seja vendo-os de dentro ou exteriormente, é como se tivesse uma característica comum que os identifica.

Pontos focais são as confluências de ruas, de estradas, os pontos de ruptura na rede de transportes, pontos de passagem de uma estrutura urbana para outra.

Marcos visuais são elementos nos quais o observador não penetra, dado que exteriores a ele. Comumente são objetos físicos como uma montanha, um edifício, uma loja, etc. que não são utilizados como ponto de referência em um percurso. São como que chaves de identificação em uma estrutura espacial urbana.

Imagens públicas são as representações mentais comuns criadas por um grande número de habitantes de uma cidade (LYNCH, 1974).

De muita importância nos estudos de percepção do espaço urbano, são também os trabalhos de Bailly (1979). Segundo este autor toda a análise da percepção da paisagem urbana, cuja meta seja uma ordenação operativa, tem que levar em conta a dualidade de uma paisagem vivida e não vivida. O critério para julgar um meio urbano não é o belo ou o feio, mas se corresponde ou não ao desejo e à necessidade dos seus usuários. O autor salienta que não é fácil elaborar um modelo cognitivo, já que são múltiplas as variáveis intervenientes: a imagem depende da psicologia individual, da cultura apreendida, das influências sócio-econômicas e profissionais, de códigos de comunicação, da experiência de vida e da originalidade biológica, e ainda igualmente da informação recebida e da intenção pessoal (BAILLY, 1979).

Os temas pesquisados por meio da percepção são consideráveis, abordando questões ambientais nas várias áreas do conhecimento. Para pesquisar esses temas, têm-

se empregado várias técnicas, amplamente utilizadas na Geografia, e desta forma, consegue-se adquirir as impressões que uma ou mais pessoas possuem de determinados lugares e paisagem. Convém lembrar que o conceito de paisagem para Geografia difere do senso comum, pois para essa ciência a paisagem é entendida como indicadora de conteúdo vivo e de processos dinâmicos. Deste modo, a interpretação da paisagem é a busca da explicação científica de como as formas que observamos são o resultado visível da combinação de processos físicos, biológicos e humanos. Percebida por intermédio de uma visão científica, a paisagem ganha uma abordagem com características próprias de pesquisa.

A proposição do estudo da "percepção ambiental" é usada na pesquisa no sentido amplo de "uma tomada de consciência do ambiente pelo homem". Neste contexto, a caracterização perceptiva de grupos sócio-culturais atuantes em áreas específicas revela os mais diversos interesses, que sob a abordagem interdisciplinar identificam valores sócio-ambientais, sócio-econômicos e culturais no planejamento do uso dos recursos naturais, estratégias para a educação e compreensão do meio ambiente vivido, como forma de buscar uma educação emancipadora. A utilização da percepção ambiental contribui para que haja não só uma relação harmônica dos conhecimentos do ponto de vista de um indivíduo, de uma coletividade ou mesmo de uma população em seu conjunto com a abordagem científica tradicional, mas também para que o indivíduo se perceba como parte integrante do meio em que vive.

O conceito de ambiente na pesquisa foi tomado como função da representação social, caracterizada por uma visão que evolui no tempo e que depende do grupo em que é utilizada. Cada indivíduo percebe, reage e responde diferentemente frente às ações sobre o meio. As respostas ou manifestações são, portanto, resultado das percepções, dos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Embora nem todas as manifestações psicológicas sejam evidentes, são constantes e afetam nossa conduta, na maioria das vezes, inconscientemente.

Sabemos que as cidades desempenham forte poder de fascínio devido sua diversidade, circulação e probabilidades de alternativas. Desta forma, é no ambiente urbano que ocorrem os grandes eventos sociais. Estes fatores podem estar intimamente relacionados com o descontentamento da vida urbana, como: pobreza, criminalidade, poluição, etc. Contudo há também situações de bem estar e aceitação da ideologia das metrópoles. Assim, o estudo da percepção ambiental é de fundamental importância para

que possamos compreender melhor as inter-relações entre o homem e o ambiente, suas aspirações, esperanças, ansiedades, satisfações e descontentamentos, avaliação e comportamento.

Nossa pesquisa formulou como ponto de partida para a investigação e intervenção a ser proposta a seguinte pergunta: o que tem a ver percepção ambiental e educação ambiental com letramento? A resposta foi: saber como os indivíduos percebem o ambiente vivido, suas fontes de satisfação e descontentamentos têm fundamental importância, pois somente conhecendo a percepção de cada um é possível a realização de um trabalho em bases locais, partindo da realidade do público alvo, os jovens e adultos alfabetizando.

Assim, reafirmamos que os trabalhos em percepção ambiental buscam não apenas o entendimento do que o indivíduo percebe, mas promover a compreensão dos fenômenos naturais, bem como o desenvolvimento do sistema de percepção e compreensão do ambiente vivido por meio do conhecimento científico. Isso possibilita aos jovens e adultos alfabetizando melhor interação com sua comunidade e participação não apenas reativa, mas também propositiva.

Prática e procedimentos da educação ambiental

Um programa de educação ambiental é implementado com base em um modelo fundamentado na perspectiva natural e social, utilizando uma concepção paradigmática direcionada aos aspectos "sobre", "no" e "para" o ambiente. Os objetivos desta abordagem compreendem a divulgação de informações e conhecimentos científicos, na perspectiva de conscientizar a comunidade a respeito dos problemas ambientais que comprometem a qualidade de vida e, portanto, a qualidade ambiental, e possibilitar a participação do grupo social no processo de manejo e tomada de decisões direcionadas à sustentabilidade ambiental. Assim, a percepção ambiental é utilizada como ferramenta para a análise da compreensão do sistema sócio-ambiental pela comunidade estudada.

Nossa proposta buscou, assim, ancorar aspectos epistemológicos do letramento e da educação para o meio ambiente em arrojada iniciativa de conciliar educação formal e não formal, favorecendo a pesquisa como melhor estratégia para a construção dos conhecimentos: oferecer formação teórica aos nossos pesquisadores para fundamentar o envolvimento com a comunidade investigada, e implementar conceitos de educação

junto aos jovens e adultos para compreensão e ação sobre o meio vivido, no âmbito socioambiental.

Não há caminhos prontos, eles são construídos no nosso caminhar!

Quais são as formas de se trabalhar percepção ambiental? Diversas, desde as mais simples como; questionários, enquetes, entrevistas, representação fotográfica, desenhos, mapas, mapas mentais, ou contorno, etc., assim como técnicas mais sofisticadas, como o sistema de informações geográficas (SIG), sensoriamento remoto, fotos aéreas, entre outros.

Segundo Whyte (1978), o ideal em pesquisas de percepção ambiental é aplicar procedimentos como perguntar, ouvir e observar. Optou-se, portanto, por tais procedimentos, além de coleta e organização de dados e materiais utilizando-se de recursos como mapas, fotografias, questionários e entrevistas.

O mapa sempre foi um instrumento usado pelos homens para orientação, localização, informação, enfim para comunicação e interação com o meio. Nesta perspectiva, foram utilizados na pesquisa vários mapas e fotos da cidade, assim como fotos do local de vivência dos jovens e adultos na comunidade de Três Pinheiros, do bairro do Butiatuvinha, em Curitiba, tomada como área estudada.

O uso de fotografias do local assim como fotografias de outros pontos da cidade de Curitiba (que representassem limites, bairros, pontos focais, marcos visuais e imagens pública) permitiu a compreensão de como os moradores percebem e valorizam o seu lugar de vivência, seu bairro, assim como a imagem que possuem da cidade como um todo. Também foram utilizados vários mapas da cidade.

A percepção ambiental através da representação fotográfica como procedimento escolhido na investigação faz parte, segundo os autores, da estratégia de trabalhá-la inicialmente de forma pré-verbal: em um primeiro momento apenas sentir o que as pessoas querem revelar dos seus valores, sem, exigir que verbalizem. Para isso é utilizada a ferramenta da fotografia: os pesquisadores fotografam as imediações da comunidade, de forma a flagrar modos de vida, valores e o que forem capazes de conseguir perceber e valorizar. A estratégia utilizada na pesquisa dirigiu a percepção para os temas mais polêmicos e de conflito ambiental. Assim, os temas geradores, objeto de exposição e reflexão, foram escolhidos com base na habitação, trabalho, transporte, consumo, educação, lazer, etc.

Os procedimentos foram realizados, no momento preparatório, somente pelos pesquisadores: investigação e observação da realidade da comunidade; coleta de imagens da comunidade que identificam aspectos a serem trabalhados; análise e seleção de imagens significativas da comunidade, complementadas com outras representações da cidade.

Após, foram realizados procedimentos junto aos alfabetizandos jovens e adultos: realização da atividade de motivação por meio de conversa sobre expectativas pessoais; aplicação individual de entrevista semi-estruturada sobre percepção ambiental e social da comunidade; apresentação das imagens da comunidade e de outras imagens da cidade, como ainda mapas do município. Com base nos conceitos sociais e ambientais explicativos da realidade urbana, procedeu-se a reflexão conjunta sobre as questões suscitadas pelos procedimentos descritos. Optou-se por desenvolver esses procedimentos junto aos alfabetizandos nas dependências da própria universidade para melhor utilização dos recursos didáticos selecionados, bem como oferecer aos jovens e adultos a vivência da instituição universitária. A experiência se mostrou muito profícua, contando com a presença de um grupo numeroso de crianças, jovens e adultos da comunidade, além dos próprios alfabetizandos.

As respostas obtidas nas entrevistas demonstraram que os jovens e adultos moram em uma comunidade com sérios problemas ambientais (deposição inadequada de resíduos, perigo de desmoronamento, valas e buracos que representam riscos, esgoto a céu aberto e quase em cima de uma das nascentes do Passaúna, bacia hidrográfica de abastecimento de Curitiba). Revelaram ainda os depoentes que desconhecem quais e quantos são os bairros da cidade, bem como não têm acesso aos locais divulgados como símbolos arquitetônicos da cidade, entretanto Curitiba foi identificada como capital ecológica. Desta forma, fica evidenciado o que explica Tuan (1984) de que a propaganda estimula e influencia a formação da imagem favorável.

Detectamos também que muitos entrevistados gostam e valorizam o lugar em que vivem, mas muitos não reconhecem nas fotos da comunidade, seus lugares de vivência. De acordo com David Lowenthal (1978) preferências e valor conferido a determinadas paisagens não estão vinculados apenas à beleza, pois a estética é apenas uma das muitas fontes de vínculos afetivos com a paisagem.

Gold e Burgess (1982) afirmam que valorizar o ambiente vivido significa buscar aquilo que satisfaz nossas necessidades básicas: locais que nos propiciam prazer, que

marcaram nosso passado e aos quais está ligado nosso futuro. Os sujeitos em diferentes posições ou papéis sociais exigem possuir e criar suas próprias paisagens. Os autores questionam a idéia de que agindo sozinhos os planejadores podem salvaguardar o interesse público, pois consideram que as preferências das elites e do público em geral por determinadas paisagens podem coincidir; pode até o gosto elitista ser difundido no consenso público, mas quase sempre são conflitantes.

Considerações finais

O envolvimento dos pesquisadores com uma população, cujas condições de exclusão social são marcantes, caracterizou-se pelo empenho em desenvolver uma abordagem interdisciplinar por meio dos estudos em educação e em meio ambiente, voltados para o enfrentamento das questões apresentadas pela comunidade. Isso contribuiu sobremaneira para o desenvolvimento da capacidade de criação de estratégias coerentes com as condições concretas com as quais os pesquisadores se defrontaram, por meio das discussões de problemas e proposição de soluções, demandadas pela comunidade envolvida.

Ressalte-se a relevância social da pesquisa na medida em que se buscou a melhoria das condições sociais da comunidade através do processo de letramento e discussão de questões socioambientais, além do incremento da capacidade crítica e de autonomia da comunidade.

A consecução dos objetivos de identificação das questões socioambientais que se manifestam na comunidade, ressaltando-se a compreensão social do meio em que vive com base na percepção ambiental, com a finalidade de subsidiar a prática de letramento com encaminhamentos pedagógicos, valendo-se de elementos coletados; resultou nos aspectos a seguir explicitados.

Pode-se concluir que o trabalho de percepção ambiental busca não somente o entendimento do que o indivíduo percebe, mas sim uma nova percepção e compreensão a respeito do seu ambiente por meio do conhecimento científico, possibilitando uma releitura de mundo que o circunda.

Estudos das percepções ambientais pelos próprios sujeitos sociais constituem inovação no processo de uma educação mais eficiente e significativa, pois possibilitam compreender o ambiente vivido, especialmente quando se consideram os valores, as atitudes e, principalmente, os elos topofílicos dos envolvidos com o seu lugar: concreto

como experiência pessoal, difuso, enquanto conceito vivido; como foi demonstrado na pesquisa. Como resultado foi produzido rico material que oportunizou a compreensão socioambiental pretendida, bem como subsidiou o letramento, enriquecendo-o com conteúdos significativos para as práticas de leitura e interpretação e de produção de textos orais e escritos.

Com respeito ao letramento, pode-se afirmar que compreender o desenvolvimento e mudanças no ensino e na aprendizagem da leitura e da escrita pressupõe examinar o processo social de comunicação. Os avanços tecnológicos na interação entre interlocutores à distância criam a necessidade de produção de um leitor e de um escritor capaz de se apropriar e interpretar as informações que circulam na intensa rede de relações da sociedade atual. Como decorrência, o processo de alfabetização precisa fundamentar sua prática pedagógica numa clara concepção desses fenômenos sociais, suas diferenças e relações. Assim, o caráter histórico da comunicação e do papel que a leitura e a escrita desempenham neste contexto é o ponto de partida para o desenvolvimento do ensino e aprendizagem voltados para jovens e adultos. Nesta perspectiva, enquanto a alfabetização dedica-se ao ensinar/aprender a ler e a escrever, o letramento consiste no cultivo das atividades de leitura e escrita que respondem às demandas sociais de exercício dessas práticas. Tratam-se, portanto, de ações pedagógicas que, embora distintas, se processam de forma complementar e simultânea, de modo que possa ensinar a ler e escrever no contexto das práticas sociais da leitura e escrita significativas para a formação cultural, científica e ideológica. Nesse contexto ganhou enorme importância a proposição de práticas pedagógicas capazes de suscitar no jovem e adulto a reflexão e compreensão das questões socioambientais.

Conclui-se, portanto, que compreender o desenvolvimento e as mudanças do processo do ensino e da aprendizagem da leitura e da escrita na Educação de Jovens e Adultos pressupõe refletir sobre os determinantes históricos que produziram formas diferenciadas de organização do trabalho pedagógico escolar em momentos distintos. Também requer que se examine o processo social de comunicação próprio da atualidade, do que decorre a necessidade de produção de um leitor e de um escritor capaz da interação discursiva que se estabelece no interior dos conflitos decorrentes das relações de classe próprias da nossa sociedade.

Referências

BAILLY, A. *La Percepción del espacio urbano*. Madrid: I.E.A.L., 1979.

- BAILLY, A. *Geographie régionale et representation*. Paris: Antropos, 1995.
- FERRARA, L. D. A. *As Cidades Ilegíveis. Percepção Ambiental e Cidadania. Percepção Ambiental: a experiência brasileira*. EdUFSCar: São Carlos, SP, 1996.
- GOULD, P., WHITE, R. *Mental maps*. New York: Routledge, 1974.
- GOULD, R. J., BURGESS, J. *Valued Environments*: Londres: George Allen & Unwin, 1982.
- HEINSTRA, M. & FARLING, C. *Psicologia Ambiental*. São Paulo: EDUSP, 1978.
- KLEIN, L. R. *Proposta Metodológica de Língua Portuguesa*. 1 ed. Secretaria de Estado de Educação. Governo Popular de Mato Grosso do Sul. Série Fundamentos Político-Pedagógicos. Mato Grosso do Sul, 2000
- KLEIN, L. R.; SHAFASCHEK, R. Alfabetização. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. *Currículo básico a escola pública*. Curitiba, 1990
- LACOSTE, Y. *A Quoi Sert le Paysage? Qu'est-ce un beau paysage?* Paris: Hérodote, nº7, 1997.
- LOWENTAL, D. *Finding Valued Landscape*. Working Paper 4, Toronto: Institute for Environmental Studies, 1978.
- LYNCH, K. *La imagen de la Ciudad*. Bueno Aires: Infinito, 1974.
- MARX, K., ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- SOARES, M. *Letramento: um tema em três gêneros*. 2 ed., 6 reimpr. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- THIOLLENT, M *Metodologia da Pesquisa-Ação*. São Paulo: Cortez; Autores Associados, 1998.
- TUAN, Y. *Espaço e Lugar*. São Paulo: Difel, 1984.
- VIGOTSKI, L.S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- WHITE, A. *Guidelines for fields Studies in Environmental Perception*, Toronto: MAB Technical Notes, 1978.